



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

BARREIRAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA¹

Daniel Claudy da Silveira², Andrea Cristina Dorr³.

¹ Pesquisa desenvolvida no componente curricular de Economia Agrícola, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/PPGE&D).

² Economista e Especialista em Controladoria e Gestão Empresarial pela UNIJUI, Aluno do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/PPGE&D, Bolsista CAPES.

³ Doutora em Economia pela LUH (Alemanha), Professora Efetiva do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/PPGE&D.

Resumo: Este estudo teve como meta analisar as barreiras sanitárias e fitossanitárias sobre os volumes das exportações de carne bovina brasileira. Neste sentido elencou-se as barreiras não-tarifárias e o seu histórico, bem como sua conceituação, e as medidas do acordo sanitário e fitossanitário (SPS). Como resultado, constatou-se que no período analisado a imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias não reduziu a competitividade brasileira nas exportações de carne bovina, visto que o país decorreu de alternativas para a manutenção de seu potencial e suas vantagens competitivas exportadoras. Deste modo é elencado o perfil organizacional do sistema produtivo, com abertura de novos mercados visando à compensação das restrições impostas por países em relação ao surgimento da febre aftosa no país.

Palavras-chave: Barreiras Não-tarifárias; Febre Aftosa; Vantagens Competitivas; Exportações Brasileiras; Carne Bovina.

Introdução:

O objetivo deste trabalho é avaliar a imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias nas exportações brasileiras de carne bovina, inserido dentro de um contexto mundial, a partir de 1995 até 2010. Com a evidência de focos de febre aftosa no país e a doença da “vacca louca” nos países europeus, no período analisado, as exportações brasileiras de carne bovina sofreram numerosos embargos, bem como as leis e regulamentações internacionais sofreram diversas transformações, visando um maior controle sobre a produção, e por consequência das exportações de carne bovina. Neste sentido, o aumento da preocupação dos consumidores, com relação à segurança e à qualidade dos produtos agroalimentares, leva países importadores a restringir cada vez mais o comércio pela imposição de regulamentações sanitárias, que muitas vezes representam barreiras não-tarifárias para a carne bovina brasileira. A justificativa para essas barreiras está na própria natureza do produto cujo comércio está bastante sujeito à determinação e imposição de normas técnicas e sanitárias. Dessa forma, apesar do crescimento das exportações brasileiras, em alguns momentos acaba se gerando entraves na exportação de carne bovina





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

brasileira, principalmente in natura (visto que o controle é mais rígido, sendo que no Brasil, há apenas exportações expressivas deste segmento a partir de 2004), e assim prejudicando o montante total das exportações de carne bovina do país. Enfim, tais barreiras (sanitárias ou fitossanitárias), demonstram um grande desafio para o Brasil, limitando o desempenho do setor exportador de carne bovina e também do segmento pecuário, que é uma grande geradora de empregos diretos e indiretos ao longo de sua vasta cadeia produtiva, incluindo nesta seção a agroindústria, a qual representa expressiva parte da cadeia produtiva.

Metodologia:

Muitos países preocupados com a segurança alimentar de seus consumidores e a saúde de seus animais utilizaram a imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias contra o Brasil, principalmente depois do surgimento de focos de febre aftosa. Isso acaba afetando a circulação de mercadorias e limitando o desempenho do setor exportador brasileiro. Deste modo, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa documental e bibliográfica, com consulta a instituições credenciadas e especializadas como fontes de dados estatísticos. Além disso, ainda levou-se em conta dados e publicações de órgãos públicos e privados, visando evidenciar o perfil das exportações de carne brasileira e a influência das barreiras sanitárias e fitossanitárias sobre a mesma.

Resultados e Discussão:

Desde o surgimento das nações-estado modernas no século XVI, os governos têm se preocupado com os efeitos da concorrência internacional sobre a prosperidade das indústrias nacionais e têm tentado protegê-las da concorrência internacional impondo limites às importações ou auxiliando-as na concorrência mundial por meio de subsídios às exportações (KRUGMAN & OBSTFELD, 2001). Assim, visando proteger seus mercados, os países procuram utilizar vários mecanismos que dificultem o acesso de mercadorias importadas. Em 1948, antes mesmo da OMC ter sido constituída, barreiras não-tarifárias (BNT's) eram também utilizadas pelos países com a finalidade de proteger os consumidores internos. Essas barreiras são restrições impostas à entrada de produtos importados, que possuem fundamento em requisitos técnicos, sanitários, ambientais, laborais, ou ainda, restrições quantitativas como quotas, além de políticas de valoração aduaneira e de preços mínimos. No entanto, as Barreiras Não-Tarifárias (BNT's) são restrições à entrada de mercadorias importadas que possuem como fundamento requisitos técnicos, sanitários, ambientais, laborais, restrições quantitativas (quotas e contingenciamento de importação), bem como políticas de valoração aduaneira, de preços mínimos e de bandas de preços, diferentemente das barreiras tarifárias, que se baseiam na imposição de tarifas aos produtos importados. As BNT's classificam-se em: (i) quotas e contingenciamento de importação; (ii) barreiras técnicas; (iii) medidas sanitárias e fitossanitárias (MSF's) e (iv) exigências ambientais. Neste sentido, será analisado o item (iii) de medidas sanitárias e fitossanitárias, em consonância com o objetivo do estudo. Assim, uma medida fitossanitária tem o objetivo de proteger as plantas e vegetais de doenças e pestes que possam entrar num país por meio de produtos importados. Já uma medida sanitária visa a proteger a vida e a saúde humana e animal, de riscos oriundos de contaminantes, aditivos, toxinas, agrotóxicos, doenças, pestes e organismos causadores de doenças.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

Conclusões:

Contudo, muitos países preocupados com a segurança alimentar de seus consumidores e a saúde de seus animais, vêm utilizando a imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias contra o Brasil, principalmente depois do surgimento de focos de febre aftosa. Isso acaba afetando a circulação de mercadorias e limitando o desempenho do setor exportador brasileiro. A febre aftosa causou, dessa maneira, uma insegurança nas relações comerciais, além de instabilidade para o setor, restringindo o acesso da carne bovina brasileira ao mercado internacional, que poderiam trazer prejuízos ao desenvolvimento econômico do país e por consequência das cadeias produtivas, visto que o Brasil tem uma forte dependência de crescimento ligado ao setor agropecuário.

Assim, como resultado, constatou-se que a imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias não reduziu a competitividade brasileira nas exportações de carne bovina, visto que o país decorreu de alternativas para a manutenção de seu potencial e suas vantagens competitivas exportadoras. Deste modo é elencado o perfil organizacional do sistema produtivo, com abertura de novos mercados visando à compensação das restrições impostas por países em relação ao surgimento da febre aftosa no país. Desta forma, o país, por ser detentor de vantagens competitivas próprias, conseguiu se reorganizar, tanto sob forma produtiva quanto organizacional, com novas estratégias, e superou tal bloqueio das barreiras não-tarifárias (SPS – medidas sanitárias e fitossanitárias) impostas pelos importadores, contornando tais problemas e intensificando esforços na abertura de novos mercados (incentivos e políticas públicas), aumento de competitividade e eficiência, de instrumentos e ferramentas de comercialização. Mesmo assim, é preciso estar ciente dos prejuízos que as restrições sanitárias e fitossanitárias podem proporcionar as exportações de carne bovina do país, e deste modo aumentar o controle sobre os pontos de risco (investimentos em estruturas de fiscalização e de fronteiras, sanidade dos rebanhos...), visando aumentar a qualidade (genética, manejo, bem estar animal...) e a segurança dos produtos (área livre de doenças), e neste sentido, prospectando novos mercados e maiores rendimentos para o setor, visando o desenvolvimento do país.

Referências Bibliográficas:

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2001, p. 3-15.